

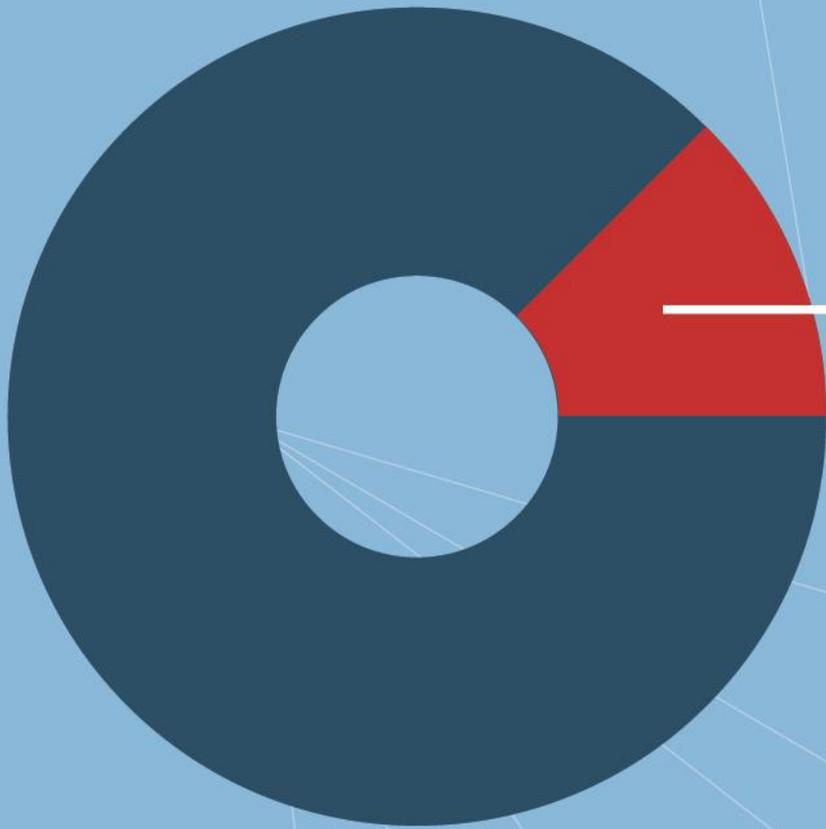
RELATÓRIO ANUAL
— 2017 —



SÃO PAULO

Prev

APROVEITE **12%** DO BENEFÍCIO FISCAL E GANHE DE TRÊS MANEIRAS DIFERENTES.



12%

- **Primeiro**, porque esse dinheiro é **inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.**
- **Segundo**, porque com uma base de cálculo menor, **você tem menos imposto a pagar.**
- E **terceiro**, porque **o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.**

ÍNDICE

- 4 MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA
- 7 ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-SP

RESULTADO DO PLANO EM 2017

- 11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
- 28 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO
- 30 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
- 32 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 37 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
- 39 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 43 PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 45 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
- 47 GLOSSÁRIO

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

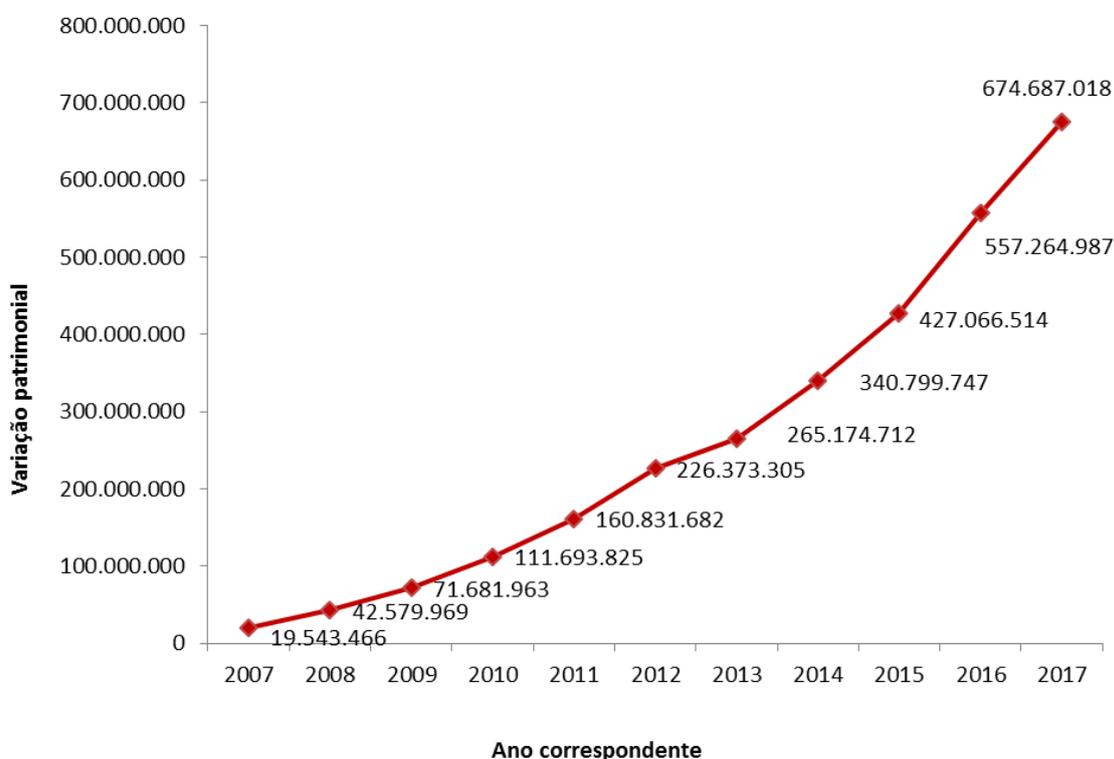
MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2017, na versão COMPLETA.

A OABPrev-SP exerce um papel de destaque no ramo dos instituidores que operam no Regime Fechado de Previdência Complementar instituídos por associações de classe em número de Participantes Ativos.

No período de 2007 a 2017, o Patrimônio Social administrado pela OABPrev-SP manteve seu ritmo de crescimento contando com os seguintes números:

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL DA OABPREV – SP DE 2007 A 2017 (EM R\$)



Encerramos o exercício de 2017 com 45.439 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no cliente.

Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2015	2016	2017
Nº de Participantes*	37.848	41.199	45.439
Idade média (anos)	37,83	38,49	39,05
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	4,73	5,03	5,79
Contribuição média	R\$ 161,00	R\$ 187,32	R\$ 231,08
Saldo individual médio	R\$ 10.522,68	R\$ 12.552,54	R\$ 13.673,77

(*) Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade teve um aumento no número de participantes ativos em 2017 na ordem de 10,29%, quando comparado com o exercício de 2016.

Assistidos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2015	2016	2017
Nº de Assistidos	28	34	49
Idade média (anos)	56,46	58,08	59,52
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	8,16	8,94	10,44
Benefício médio	R\$ 1.782,23	R\$ 2.095,15	R\$ 2.225,17
Saldo individual médio	R\$ 227.010,90	R\$ 251.930,50	R\$ 235.386,48

Quanto aos participantes assistidos, ocorreu um aumento no número de aposentadorias, passando de 34 em 31/12/2016 para 49 benefícios em percepção em 31/12/2017. Do total de aposentados do Plano, 35 percebem benefício de aposentadoria programada e 14 percebem benefício por invalidez.

Pensionistas

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2015	2016	2017
Nº de Pensionistas	75	87	106
Idade média (anos)	45,04	45,29	48,75
Benefício médio	R\$ 1.091,73	R\$ 1.132,73	R\$ 1.325,48
Saldo individual médio	R\$ 83.745,93	R\$ 84.911,76	R\$ 87.130,00

A tabela acima demonstra que o número de benefícios de pensão por morte em 2017 aumentou em 21,87% com relação ao ano de 2016. Observa-se um aumento no valor dos benefícios médios dos pensionistas, e, no presente caso, um aumento do saldo individual médio.

Desde o início do funcionamento da Entidade, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados. Para isso, contamos com a participação ativa dos advogados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade. Com o envio do documento, a OABPrev-SP mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Lembramos que o Relatório Anual – versões completa e resumida - será disponibilizado exclusivamente por meio eletrônico na área restrita do Participante em www.oabprev-sp.org.br.

Boa Leitura!

ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-SP

ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-SP (TRIÊNIO 2014-2017)

EM 31/12/2017

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: **Luís Ricardo Marcondes Martins**

Diretor Financeiro e AETQ: **Marco Antonio Cavezzale Curia**

Diretor Administrativo e de Benefícios: **Marcelo Sampaio Soares**

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: **Jarbas Antônio de Biagi**

Vice Presidente: **Rodrigo F.de S.de Figueiredo Lira**

Conselheira Titular: **Aparecida Ribeiro Pagliarini**

Conselheiro Titular: **Edilson Rinaldo Merli**

Conselheiro Titular: **Jairo Haber**

Conselheiro Titular: **Gilberto Custodio**

Conselheiro Titular: **Valdetário Andrade Monteiro**

Conselheiro Suplente: **Paulo José Carvalheiro**

Conselheira Suplente: **Adriana de Carvalho Vieira**

Conselheiro Suplente: **Luis Fernando Feola Lencioni**

Conselheiro Suplente: **André Luiz Marques**

Conselheiro Suplente: **Vinícius Maia Lima**

CONSELHO FISCAL

Presidente: **José Valente Neto**

Vice Presidente: **Janete Sanches Morales**

Conselheira Titular: **Fabiana Nunes**

Conselheiro Suplente: **José Roberto C. do Prado Salles Penteado**

Conselheiro Suplente: **Evandro Couceiro Costa Junior**

INSTITUIDORES DO PLANO

EM 31/12/2017

INSTITUIDOR	DATA ADESÃO
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo	07/10/2005
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Amazonas Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas	21/11/2006
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Pernambuco Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco	16/10/2007
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Piauí Caixa de Assistência dos Advogados do Estado Piauí	19/12/2007
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Ceará Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará	19/12/2007
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Estado de Sergipe Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe	08/07/2008
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Rio Grande do Norte Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte	28/08/2008
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas Caixa de Assistência dos Advogados de Alagoas	03/08/2011
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia	19/03/2012

RESULTADO DO PLANO EM 2017

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL				R\$ MIL
		Exercício findo em		
	Nota	31.12.17	31.12.16	Δ%
A) Patrimônio Social – Início do Exercício		557.264	427.066	30%
1. Adições		204.682	207.118	-1%
Contribuições Previdenciais	14.1	93.573	128.728	-27%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	16.1	53.188	58.179	-9%
Receitas Administrativas	15.2	55.227	17.991	207%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	16.2	2.694	2.220	21%
2. Destinações		(87.259)	(76.920)	13%
Benefícios	14.2	(36.929)	(64.144)	-42%
Despesas Administrativas	15.3	(49.561)	(12.145)	308%
Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	12	(769)	(631)	22%
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)		117.423	130.198	-10%
Provisões Matemáticas	14.3	109.832	122.763	-11%
Fundos Administrativos	15.1	7.591	7.435	2%
B) Patrimônio Social no Final do Exercício (A+3)		674.687	557.264	21%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
		Exercício findo em		
	Nota	31.12.17	31.12.16	Δ%
A) Ativo Líquido - início do exercício		535.142	412.379	30%
1. Adições		146.761	186.907	-21%
Contribuições	14.1	93.573	128.728	-27%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.1	53.188	58.179	-9%
2. Destinações		(36.929)	(64.144)	-42%
Benefícios	14.2	(36.929)	(64.144)	-42%
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)		109.832	122.763	-11%
Provisões Matemáticas	14.3	109.832	122.763	-11%
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	13	644.974	535.142	21%
C) Fundos não previdenciais		7.591	7.435	2%
Fundos Administrativos	15.1	7.591	7.435	2%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.17	31.12.16	
1. Ativos		675.153	557.847	21%
Disponível	4	3.682	2.432	51%
Recebível		42.908	35.349	21%
Investimento	7.1.1	628.563	520.066	21%
Fundos de Investimento		628.563	520.066	21%
2. Obrigações	9	466	583	-20%
Operacional		466	583	-20%
3. Fundos Não Previdenciais	13	29.713	22.122	34%
Fundos Administrativos		29.713	22.122	34%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	13	644.974	535.142	21%
Provisões Matemáticas		644.974	535.142	21%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA				R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.17	31.12.16	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		22.122	14.687	51%
1. Custeio da Gestão Administrativa		57.921	20.211	187%
1.1. Receitas		57.921	20.211	187%
Custeio Administrativo dos Investimentos		4.594	3.703	24%
Receitas Diretas		9.249	7.637	21%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	16.2	2.694	2.220	21%
Outras Receitas		41.384	6.651	522%
2. Despesas Administrativas	15.3	(49.561)	(5.498)	801%
2.1. Administração Previdencial		(3.692)	(1.795)	106%
Pessoal e encargos		(657)	(539)	22%
Treinamentos/congressos e seminários		(80)	(64)	25%
Viagens e estadias		(65)	(158)	-59%
Serviços de terceiros		(873)	(156)	460%
Despesas gerais		(1.927)	(801)	141%
Depreciações e amortizações		(9)	(6)	50%
Tributos		(52)	(36)	44%
Outras Despesas		(29)	(35)	-17%
2.2. Administração dos Investimentos		(4.594)	(3.703)	24%
Serviços de terceiros		(4.594)	(3.703)	24%
2.4. Outras despesas		(41.275)		100%
3. Constituição de Contingências Administrativas	12	(769)	(631)	22%
6. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	15.1	7.591	7.435	2%
7. Constituição do Fundo Administrativo (6)		7.591	7.435	2%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	13	29.713	22.122	34%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.17	31.12.16	
Provisões Técnicas (1+4)		645.440	535.725	20%
1. Provisões Matemáticas	13	644.974	535.142	21%
1.1. Benefícios Concedidos		20.534	15.746	30%
Contribuição Definida		20.534	15.746	30%
1.2. Benefício a Conceder		624.440	519.396	20%
Contribuição Definida		624.440	519.396	20%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		624.440	519.396	20%
4. Exigível Operacional		466	583	-20%
4.1. Gestão Previdencial	9	466	583	-20%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPREV-SP, inscrita sob o CNPJ nº 07.887.827/0001-08 é uma entidade Fechada de Previdência Complementar, nos termos da lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e das normas subsequentes, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios por ela operados e pela legislação em vigor.

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade OABPrev SP, bem como o estatuto e regulamento pela portaria nº 253 de 10 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 196 de 11 de outubro de 2005.

As atividades iniciaram em 1º de abril de 2006, sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes a qual possui como Instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER, inscrito no CNPB nº 2005.0042-11, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, a Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, a Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco, a Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Piauí, a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Piauí, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Ceará, a Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Sergipe, a Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio Grande do Norte; a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas, a Caixa de Assistência dos Advogados de Alagoas, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Bahia e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares dos planos de benefícios de custeio, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes, bem como os seus dependentes.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER, instituído na modalidade de contribuição definida, estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (I) Aposentadoria Programada; (II) Aposentadoria por Invalidez; e (III) Pensão por Morte de Participante Ativo ou Assistido.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco para cobertura de morte e invalidez permanente do participante.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER com data base de 31/12/2017 possui 45.439 participantes Ativos (41.199 em 2016), 48 Assistidos (34 em 2016) e 105 pensionistas (87 em 2016), além de apresentar uma idade média populacional de 38,11; 58,55 e 45,02 anos, respectivamente.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de receitas diretas e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores.

No exercício de 2017, foi publicado no D.O.U de 29/05/2017 pela Portaria nº 554 de 24/05/2017, a alteração do Estatuto Social do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - OABPREV-SP.

Em 2017, foi publicado no D.O.U de 20/02/2017 nos termos da Portaria nº 154 de 16/02/2017, a alteração ao Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PREVER.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A OABPREV - SP apresenta as demonstrações contábeis em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

De acordo com a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

I. Balanço Patrimonial;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS;

Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

III. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;

Tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

IV. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

V. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, demonstrando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.1. As principais práticas adotadas pela Entidade emanam das Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores, e encontram-se resumidas a seguir:

2.1.1 A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.

2.1.2 As práticas contábeis aplicadas em 2017 estão de modo uniforme em relação a 2016.

2.1.3 Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas com base no princípio da competência significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As contribuições de participantes vinculados ao plano instituído são escrituradas com base no regime de caixa, por ocasião do recebimento, de acordo com o item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

2.1.4 Realizável

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

2.1.5 Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários podem ser classificados em Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.

A entidade possui apenas títulos para negociação contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.

2.1.6 Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

2.1.7 Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de processos judiciais mantidos contra a entidade com probabilidade de perda provável, tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos.

2.1.8 Plano de Gestão Administrativa

Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios previdenciais, custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

2.1.9 Provisões Matemáticas

O plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

2.1.10 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados responsáveis pelos processos e as depreciações do ativo permanente. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

- 3.1.** Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- 3.2.** Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.
- 3.3.** Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da Entidade.

4. ATIVO - DISPONÍVEL

A denominação “disponível” é utilizada para designar os recursos que entidade possui em caixa, bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

A posição do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, referente às contas correntes e caixa é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Bancos		
Bradesco- ag.:500 c.c.: 63457-3	11	312
Brasil - ag.:5905-6 c.c.: 55021-3	1.305	517
Itaú - ag.:0057 c.c.: 04388-7	14	261
Santander - ag.:0319 c.c.:53000055-1	2.147	3.642
Total do Disponível	3.477	4.732
Plano de Benefícios	3.682	2.432
Plano de Gestão Administrativa ⁽¹⁾	(205)	2.300
Total do Disponível	3.477	4.732

⁽¹⁾ O valor (205) está em uma conta relacionada ao disponível no passivo dentro do grupo Investimento.

5. ATIVO REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 2017 o saldo apresentado no ativo realizado no valor de R\$13.195 (13.228 em 2016) corresponde aos valores a receber da movimentação previdencial de longo prazo. A referida movimentação corresponde ao resultado obtido na metodologia do cálculo da cota e quotização das reservas.

6. ATIVO REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem aos recursos a receber referentes aos direitos a receber junto aos empregados e terceiros, despesas antecipadas e depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Administrativa.

A posição do Ativo Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Contas a Receber	11	9
Adiantamento de Salário	3	6
Recursos a Receber	3	3
Despesas Antecipadas	5	-
Depósitos Judiciais	1.559	802
PIS	218	112
COFINS	1.341	690
Total	1.570	811

7. ATIVO REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN Nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos do plano de benefícios no ano de 2017 seguiu as diretrizes das respectivas políticas de investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua reunião ordinária,

realizada em 07 de dezembro de 2016, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 17/01/2017.

b) Controle de Riscos

No âmbito da política de investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional/legal. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações nos preços e cotações dos títulos. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido. Enquanto o risco de liquidez se refere a possibilidade de não haver recursos suficientes para o pagamento de alguma obrigação ou não conseguir transformar ativos em caixa. Por fim, o risco operacional/legal está relacionado à falha de execução das atividades e ao descumprimento das regras aplicáveis.

➤ Monitoramentos dos riscos

Risco de mercado: para cada segmento descrito na Política de Investimentos é utilizado uma métrica de risco limitando a atuação do gestor, de forma a minimizar o risco.

Risco de crédito: na Política de Investimentos é descrito o percentual que pode ser alocado para cada tipo de título, sendo dividido entre alto ou baixo risco, inclusive utilizando uma política mais conservadora do que as agências de rating internacionais.

Risco de liquidez: como forma de minimizar esse risco é definido na Política de Investimentos um percentual de ativos que devem ser mantidos para liquidez imediata.

Risco operacional/legal: o administrador fiduciário é o encarregado pelo monitoramento da aderência das ativos em relação às legislações aplicáveis.

7.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

7.1.1. FUNDOS EXCLUSIVOS E NÃO EXCLUSIVOS

A Entidade possui em sua carteira de investimentos, fundos exclusivos e não exclusivos conforme demonstrado abaixo:

Participação Plano de Benefícios		
	Exercício findo em	
Fundos Exclusivos	31.12.17	31.12.16
Icatu Vanguarda FIC FIM OABPREV-SP	628.563	520.066
Sub-Total	628.563	520.066
Fundos Não Exclusivos	31.12.17	31.12.16
BB INST FEDERAL FIC RF LP	16.360	12.069
ITAU INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI	16.712	11.092
TOTAL	661.635	543.227

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e faixas de vencimento dos ativos constantes no Fundo Exclusivo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO	2017							
	Para Negociação				Até o Vencimento			
	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
Títulos Públicos Federais								
LETRA FINANCEIRA DO TESOURO	4.363	117.096	24.412	-	-	-	-	145.871
LETRA DO TESOURO NACIONAL	2.579	-	-	-	-	-	-	2.579
NOTA DO TESOURO NACIONAL-SÉRIE B	-	554	-	-	-	-	72.298	72.852
OPERAÇÃO COMPROMISSADA	27.454	25.053	33.111	-	-	-	-	85.618
Sub-Total	34.396	142.703	57.523	-	-	-	72.298	306.920
Títulos Privados								
CÉDULA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	4.091	-	-	-	-	-	-	4.091
DEBENTURE	3.805	19.765	350	-	-	-	-	23.920
LETRA FINANCEIRA	10.700	11.779	-	-	-	-	-	22.479
LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA	4.157	7.186	2.114	-	-	-	-	13.457
NOTA PROMISSÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	22.753	38.730	2.464	-	-	-	-	63.947
Derivativos								
OPÇÕES DE DERIVATIVOS	319	12	-	-	-	-	-	331
CONTRATOS FUTUROS	-	9	-	-	-	-	-	9
Sub-Total	319	21	-	-	-	-	-	340
Outros Valores Mobiliários								
Cotas de Fundos	-	-	-	257.650	-	-	-	257.650
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	-	-	-	21.900	-	-	-	21.900
DRIVER BRASIL THREE BANCO VOLKSWAGEN FIDC FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS	-	-	-	41	-	-	-	41
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA SANEAMENTO DE GOIAS S.A. SANEAGO INFRAESTRU	-	-	-	359	-	-	-	359
GARDE D'ARTAGNAN FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	18.940	-	-	-	18.940
SANTANDER FIC FI IMA-B INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	21.896	-	-	-	21.896
KONDOR LX FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	8.611	-	-	-	8.611
ICATU VANGUARDA GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	11.976	-	-	-	11.976
JGP MAX FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	13.403	-	-	-	13.403
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	-	-	-	12.760	-	-	-	12.760
ICATU VANGUARDA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	103.319	-	-	-	103.319
BNY MELLON ARX FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	-	-	-	52	-	-	-	52
VINCI GAS DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	-	-	-	13.152	-	-	-	13.152
IBIUNA HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	12.421	-	-	-	12.421
ICATU VANGUARDA ESTRATÉGIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	18.820	-	-	-	18.820
Provisões	-321	-	-	-	-	-	-	-321
Tesouraria	-	-	-	27	-	-	-	27
Sub-Total	-321	-	-	257.677	-	-	-	257.356
Total	57.147	181.454	59.987	257.677	-	-	72.298	628.563

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO	2016							
	Para Negociação				Até o Vencimento			Total
	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
Títulos Públicos Federais								
LETRA FINANCEIRA DO TESOURO	51.657	66.267	5.670	-	-	-	-	123.594
LETRA DO TESOURO NACIONAL	-	2.259	-	-	-	-	-	2.259
NOTA DO TESOURO NACIONAL-SÉRIE B	-	-	179	-	-	-	70.215	70.394
OPERAÇÃO COMPROMISSADA	17.903	12.322	10.759	-	-	-	-	40.984
Sub-Total	69.560	80.848	16.608	-	-	-	70.215	237.231
Títulos Privados								
CÉDULA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	6.361	-	-	-	-	-	-	6.361
DEBENTURE	983	17.326	-	-	-	-	-	18.309
LETRA FINANCEIRA	8.943	12.292	-	-	-	-	-	21.235
LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA	1.271	8.096	2.948	-	-	-	-	12.315
Sub-Total	17.558	37.714	2.948	-	-	-	-	58.220
Outros Valores Mobiliários								
Cotas de Fundos	-	-	-	224.797	-	-	-	224.797
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	-	-	-	24.397	-	-	-	24.397
DRIVER BRASIL THREE BANCO VOLKSWAGEN FIDC FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS	-	-	-	221	-	-	-	221
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA SANEAMENTO DE GOIAS S.A. SANEAGO INFRAESTRU	-	-	-	403	-	-	-	403
GARDE D'ARTAGNAN FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	16.180	-	-	-	16.180
SANTANDER FIC FI IMA-B INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	25.172	-	-	-	25.172
KONDOR LX FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	12.012	-	-	-	12.012
ICATU VANGUARDA GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	25.951	-	-	-	25.951
JGP MAX FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	11.837	-	-	-	11.837
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	-	-	-	9.680	-	-	-	9.680
ICATU VANGUARDA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	89.565	-	-	-	89.565
BNY MELLON ARX FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	-	-	-	35	-	-	-	35
VINCI GAS DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	-	-	-	9.344	-	-	-	9.344
Provisões	-220	-	-	-	-	-	-	-220
Tesouraria	-	-	-	38	-	-	-	38
Sub-Total	-220	-	-	224.835	-	-	-	224.615
Total	86.898	118.562	19.556	224.835	-	-	70.215	520.066

7.1.2. TÍTULOS CLASSIFICADOS COMO “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

O quadro a seguir apresenta a composição dos papéis mantidos até o vencimento registrados na carteira da Entidade, comparados com seus respectivos valores de mercado, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Títulos Mantidos até o Vencimento	2017		2016	
	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil
NTN-B	85.972	72.298	80.324	70.215
Total	85.972	72.298	80.324	70.215

7. ATIVO PERMANENTE

Os bens que constituem o permanente do Plano de Gestão Administrativa são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

Ativo Permanente	Taxa de depreciação	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20% aa.	7	10
Móveis e Utensílios	10% aa.	163	7
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	75	2
Total		245	19

8. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pelo plano de benefícios com terceiros, relativos a Gestão Previdencial, incluindo resgates/benefícios a pagar, retenção de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre estes resgates e benefícios e propostas não implantadas e contribuições a devolver.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Benefícios a Pagar	12	-
Rendas e Resgates	12	-
Retenções a Recolher	444	579
IRRF	444	579
Outras Exigibilidades	10	4
Proposta a devolver	4	4
Contribuições a devolver	6	-
Total	466	583

9. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pela entidade relativas à Gestão Administrativa, incluindo as retenções incidentes sobre salários, pagamentos a fornecedores ainda não liquidados, impostos a recolher sobre serviços de terceiros e o repasse das contribuições de risco a uma

seguradora que administra a cobertura de morte e invalidez oferecido pela entidade aos participantes do plano.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Salários e Encargos	18	20
FGTS	3	3
INSS	10	11
IRRF	5	6
Fornecedores	447	322
Icatu Administração Previdenciária	386	322
Fornecedores diversos	61	-
Retenções a Recolher	63	38
IRRF sobre serviços pessoa jurídica	8	5
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros	44	33
INSS sobre serviços de terceiros	9	-
ISS sobre serviços de terceiros	2	-
Outras exigibilidades	2.822	-
Repasse de Risco ⁽¹⁾	2.822	-
Total	3.350	380

⁽¹⁾ O Repasse de risco para a Seguradora decorre da contratação terceirizada do risco para a administração da cobertura de morte e invalidez pago mensalmente pelos participantes pertencentes ao plano de benefício OABPrev SP que optaram por esse serviço. A partir da competência Novembro/2016, houve uma alteração nos fluxos de recebimento e repasse do risco, alterando sua contribuição que era realizada no plano previdencial para o Plano de Gestão Administrativa.

10. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Os processos com probabilidade de perda possível, que podem envolver questões previdenciárias, tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, de acordo com as normas contábeis em vigor, estão dispensados da constituição de provisão.

O plano de benefícios da OABPREV-SP possui 12 causas de natureza previdenciária na categoria “possível” em 2017 no valor total de R\$ R\$ 4.423 (em 2016, possuía 8 causas no valor de R\$ 2.092).

O plano de benefícios da OABPREV-SP foi incluído pelo autor no polo passivo em 2 processos de natureza previdenciária na categoria “provável” em 2017 no valor total de R\$ 508 (em 2016 não haviam processos classificados nesta categoria). Ambos processos tratam-se de recebimento de indenização equivalente ao benefício de morte/invalidez. Como o valor referente a risco é administrado por uma seguradora, este valor não impacta o plano de benefícios.

11. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A partir da competência de junho/2015 os tributos sobre receitas administrativas passaram a ser depositados judicialmente, diante do deferimento do processo nº 0010876-03.2015.4.03.6100, referente ao mandado de segurança para suspensão de contribuição de PIS e COFINS sobre as receitas administrativas.

A movimentação do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa no exercício de 2017:

Descrição	Saldo em		Saldo em
	31.12.16	Constituição	31.12.17
Tributos	850	769	1.619
PIS	119	107	226
COFINS	731	662	1.393
Total	850	769	1.619

12. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano e PGA, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresenta a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Plano de Benefícios		
Patrimônio de Cobertura do Plano	644.974	535.142
Provisões Matemáticas	644.974	535.142
Benefícios Concedidos	20.534	15.746
Benefícios a Conceder	624.440	519.396
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos	29.713	22.122
Administrativos	29.713	22.122
Total Patrimônio Social Consolidado	674.687	557.264

12.1. Premissas e Hipóteses Atuariais

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 F	AT2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT2000 F	AT2000 F
Hipóteses sobre taxa de juros % *	0,00%	0,00%

* Quanto aos atuais aposentados, cujos benefícios foram concedidos anteriormente a março de 2009, adoção da taxa de juros de 4,38%a.a., conforme item 18, anexo à Resolução MPS/CGPC Nº 18, de 28 de março de 2006, que corresponde ao limite superior da taxa de juros parâmetro, disponibilizada pela Portaria Nº 375 de 2017, considerando a duração de dez anos.

Desde o exercício de 2014 este plano está dispensado do envio das Demonstrações Atuariais – DA, bem como de toda documentação decorrente do processo de Avaliação Actuarial, salvo por exigência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) (Instrução Previc Nº 12/2014).

Essas hipóteses não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, quando de sua concessão e em seu recálculo anual com base no saldo de conta remanescente, enquanto este existir. Sendo assim, com base no estudo enviado pela consultoria, optou-se pela manutenção das tábuas de mortalidade e a adequação da taxa real de juros à legislação vigente, bem como à expectativa de rentabilidade do plano para todos os Participantes e Assistidos, até que seja necessário novo estudo.

13. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

- 13.1.** As receitas previdenciais totalizaram no ano R\$ 93.573 (em 2016, R\$ 128.728). Em Novembro/2016, devido a mudança de fluxo da contabilização do risco (para administração da cobertura de morte e invalidez), sua arrecadação, antes contabilizada no previdencial, passou a ser contabilizada pelo PGA refletindo na redução das despesas do plano.
- 13.2.** As despesas de benefícios dos assistidos somados ao repasse de risco totalizaram no ano R\$ 36.929 (em 2016, R\$ 64.144). Em Novembro/2016, devido a mudança de fluxo da contabilização do risco, o repasse do risco, antes contabilizado no previdencial, passou a ser contabilizado pelo PGA refletindo na redução das despesas do plano.
- 13.3.** As variações das Provisões Matemáticas, que foram impactadas com os resultados dos investimentos líquidos e contribuições, e deduzidas pelos pagamentos de benefícios, totalizaram no ano:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Benefícios Concedidos	4.788	3.109
Benefícios a Conceder	105.044	119.654
Total Constituições das Provisões Matemáticas	109.832	122.763

14. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 14.1.** As movimentações ocorridas na Gestão Administrativa resultaram em 2017, na constituição de Fundo Administrativo de R\$ 7.591 (R\$ 7.435 em 2016).
- 14.2.** As receitas do PGA totalizaram no ano R\$ 55.227 (em 2016, R\$ 17.991). Variação acarretada pela mudança no fluxo contábil das contribuições destinadas a parcela adicional de risco para cobertura de morte e invalidez permanente dos participantes. Adicionalmente em Outubro/2017 houve mudança no percentual do pró-labore recepcionado pelo PGA (de 12,5% para 20%) proveniente do risco arrecadado.
- 14.3.** As despesas do PGA totalizaram no ano R\$ 49.561 (em 2016, R\$ 12.145). Variação acarretada pela mudança no fluxo contábil das contribuições destinadas a parcela adicional de risco para cobertura de morte e invalidez permanente dos participantes. Adicionalmente nos últimos meses do ano a OABPREV SP teve gastos maiores referentes a despesas com a obra de reforma da nova sede da entidade.

15. CONTAS DE RESULTADOS - INVESTIMENTOS

15.1. Plano de Benefícios

O resultado líquido das aplicações dos investimentos, no ano, foi positivo de R\$ 53.188 (em 2016, positivo de R\$ 58.179) e foi transferido para a Gestão Previdencial por meio dos Fluxos dos Investimentos.

15.2. Plano de Gestão Administrativa

O resultado líquido das aplicações dos investimentos, no ano, foi positivo de R\$ 2694 (em 2016, positivo de R\$ 2.220) e foi transferido para a Gestão Administrativa por meio dos Fluxos dos Investimentos.

Marcos Celio Santos Nogueira
Contador
CPF: 991.742.787-20
CRC/RJ : 089.351/O-8

Marcelo Sampaio Soares
Diretor Presidente
CPF: 164.683.748-71

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM
INVESTIMENTOS DO PLANO**

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO

Em 31 de dezembro de 2017, as despesas administrativas diretas e indiretas do Plano somaram, respectivamente, R\$ 50.330 e R\$ 2.083 conforme detalhamento abaixo:

(R\$ Mil)	52.413	100,00%
Despesas Diretas	50.330	96,03%
Pessoal Próprio e Encargos	657	1,25%
Treinamentos/Congressos	80	0,15%
Viagens e Estadias	65	0,12%
Recursos Humanos	21	0,04%
Consultoria Jurídica	37	0,07%
Informática	11	0,02%
Administradora de Planos	4.594	8,77%
Planejamento Estratégico	16	0,03%
Auditoria Externa	55	0,10%
Serviços Administrativos	3	0,01%
Serviços de assessoria	28	0,05%
Serviços de Reforma	702	1,34%
Cartório	4	0,01%
PIS/COFINS	769	1,47%
Lanches e Refeições	15	0,03%
Locomoção	7	0,01%
Postagens	8	0,02%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	52	0,10%
Tarifas Bancárias	1.406	2,68%
Associações de Classe	19	0,04%
Água/Energia Elétrica/Telefone	32	0,06%
Eventos e Confraternizações	1	0,00%
Alugueis	9	0,02%
Limpeza e Conservação	1	0,00%
Tributos municipais	3	0,01%
Material de expediente	2	0,00%
Material de obra	329	0,63%
Despesas com divulgação	68	0,13%
Certificação para Dirigentes e Conselheiros	7	0,01%
Seguros	16	0,03%
Depreciação	9	0,02%
Outras Despesas	29	0,06%
Repasse de risco	41.275	78,75%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	2.083	3,97%
Taxa de Administração	2.034	3,88%
Auditoria Externa	3	0,01%
CVM	25	0,05%
CETIP / SELIC / CBLC / ANBID	9	0,02%
Outras	12	0,02%

**INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA
ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO**

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Foi aprovada, por meio da Portaria nº 554, publicado no D.O.U de 29/05/2017 as alterações propostas para o Estatuto Social do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - OABPrev-SP.

REGULAMENTO DO PLANO

Foi aprovada, por meio da Portaria nº 154 publicado no D.O.U de 20/02/2017, as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER.

O Regulamento vigente do Plano e o Estatuto Social estão disponíveis para consulta no portal da transparência em: <http://www.oabprev-sp.org.br/portal-da-transparencia>.

**INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA
DE INVESTIMENTOS**

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - PREVER

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2017

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

07/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Marco Antonio Cavezzale Curia

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

A fim de mitigar possíveis impactos em sua carteira, a OABPREV-SP adota as regras de diversificação impostas pela Resolução CMN 3792. A fim de identificar e classificar as operações que envolvem risco de crédito privado, a OABPREV-SP adotará as seguintes classificações para os títulos, de acordo com a nota de crédito (rating) do emissor ou da emissão, conforme o caso:

- Grau de Investimento: títulos que possuem maior grau de segurança sejam pela capacidade financeira de seu emissor ou por sua estrutura;
- Grau Especulativo: títulos com maior risco, sujeitos a análises mais cuidadosas.

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui rating por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir

RATING MÍNIMO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO GRAU DE INVESTIMENTO (POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO) – ESCALA BRASILEIRA

Agência de classificação de Risco	Emissões Bancárias		Emissões Corporativas		Crédito Estruturado	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poors	brA-	brA-3	brA-	brA-3	brA-	brA-3
Moody's	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

Categoria de risco	Limite
Grau de Investimento + Grau Especulativo	50%
Grau Especulativo	5%

É importante ressaltar que não é permitida a aquisição de títulos classificados como grau especulativo. Nesse sentido, o limite estabelecido para alocação em títulos enquadrados como grau especulativo tem como principal objetivo permitir que sejam mantidos na carteira ativos que sofreram rebaixamento de rating, mas que não apresentam risco iminente de default, ou que tenham liquidez restrita demais para serem revendidos.

Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Aplicações em DPGEs (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) serão sempre consideradas como “Grau de Investimento”; desde que sejam respeitados os limites de cobertura de R\$ 20 milhões do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) por instituição;
- Sempre será considerada a classificação mais recente obtida pela emissão ou pelo emissor, independentemente do prazo para vencimento da operação;
- Se não houver rating válido atribuído ao emissor ou ao título em análise, este será automaticamente enquadrado como “Grau Especulativo”.

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Segmento / Mandato	Alocação (%)			Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
	Objetivo	Mínimo	Máximo		
Renda Fixa	81	71	100	70% CDI + 15% IMA-B + 15% (IPCA + 5,5%)	INPC+5% a.a.
Renda Fixa Tradicional	26	0	100	102% CDI	-
Renda Fixa IMA-B	15	0	40	IMA-B	-
Crédito Privado	25	0	35	105% CDI	-
Renda Fixa ALM	15	0	20	IPCA + 5,5%	-
Renda Variável	10	0	15	IBrX+4% a.a.	INPC+8% a.a.
Renda Variável Ativa	10	0	15	IBrX+4% a.a.	-
Investimentos Estruturados	8	0	10	INPC+6% a.a.	INPC+7% a.a.
Multimercados Estruturados	8	0	10	CDI	INPC+6% a.a.
Investimento no Exterior	1	0	4	MSCI World	INPC+8% a.a.
Imóveis	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-	-

Além dos objetivos e limites de alocação acima definidos, a Resolução 3.792 estabelece outras restrições por modalidade de investimento e a concentração de alocação em títulos de um mesmo emissor. Os quadros a seguir mostram os limites que serão adotados pelo plano.

Alocação por Emissor	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida mobiliária federal interna	20%	20%
Debêntures de Infraestrutura	15%	15%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%	10%
Companhias abertas com registro na CVM	10%	10%
Organismo Multilateral	10%	10%
Companhias Securitizadoras	10%	10%
Patrocinador do Plano de Benefício	10%	10%
FIDC/FICFIDC	10%	10%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10%	10%
Sociedade de Propósito Específico – SPE	10%	10%
FV/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	10%	10%
FV/FICFI Classificados como Dívida Externa no Segmento de Investimentos no Exterior	10%	10%
Fundo de Índice de Renda Fixa	10%	10%
Demais emissores	5%	5%

O quadro a seguir apresenta os limites para concentração por emissor:

Concentração por Emissor	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% do Capital Total de uma mesma Companhia Aberta ou de uma mesma SPE	25%*	25%*
% do Capital Votante de uma mesma Companhia Aberta	25%	25%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25%	25%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Companhia Aberta	25%	25%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25%	25%
% do PL de FI constituído no Brasil com ativos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25%	25%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25%	25%
% do PL de FI ou FICFI classificado como Dívida Externa no segmento Investimentos no Exterior	25%	25%
% do PL de Fundo de Índice de Renda Fixa	25%	25%
% do Patrimônio Separado de Certificado de Recebíveis com Regime Fiduciário	25%	25%

O quadro a seguir mostra os limites de concentração por modalidade de investimento:

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Modalidade de investimento		
RENDA FIXA	100%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100,00%	100,00%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal	100,00%	100,00%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80,00%	80,00%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20,00%	20,00%
Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE)	20,00%	20,00%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20,00%	20,00%
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	20,00%	20,00%
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	20,00%	20,00%
Títulos do Agronegócio (CPR; CDCA; CRA e Warrant Agropecuário)	20,00%	20,00%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto securitizadoras	20,00%	20,00%
RENDA VARIÁVEL	70%	25%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa	70,00%	25,00%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&FBovespa	60,00%	25,00%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa	50,00%	25,00%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&FBovespa	45,00%	25,00%
Ações sem classificação de governança corporativa + cotas de fundos de índices de ações (ETFs)	35,00%	25,00%
Títulos e valores mobiliários de emissão de SPes, exceto debêntures de infraestrutura	20,00%	20,00%
Debêntures com part. nos lucros + Cert. Potencial Adicional de Construção + Crédito de Carbono + Ouro	3,00%	3,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	10%
Fundos de Participação	20,00%	10,00%
Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes	20,00%	10,00%
Fundos de Investimento Imobiliário	10,00%	10,00%
Fundos Multimercados Estruturados cujos regulamentos observem a legislação estabelecida pela CVM	10,00%	10,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	4%
IMÓVEIS	8%	0%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	0%

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A OABPREV-SP acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da relação retorno/risco tolerado da carteira e a mitigação de riscos inerentes ao processo de gestão de recursos.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira dos planos administrados pela OABPREV-SP, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792/2009 e na presente Política de Investimentos bem como na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Em 31/12/2017 os recursos do Plano de Benefícios estavam aplicados nos Fundos Icatu Vanguarda OABPREV SP FIC FIM, Itaú Institucional FI RF Ref DI e BB Institucional Federal Fundo FIC de FIRF Longo Prazo, respeitando a macroalocação descrita conforme o quadro abaixo (valores em milhares de reais):

ALOCAÇÃO (R\$ Mil)	2017		2016	
Renda Fixa	617.851	93,03%	497.826,00	89,71%
Renda Variável	25.791	4,10%	17.162,00	6,86%
Investimentos Estruturados	17.993	2,86%	28.240,00	3,43%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%
Total	661.635	100,00%	543.228	100,00%

RENTABILIDADE NO ANO



Em 2017 os recursos da entidade se encontravam alocados nos Fundos:

- Icatu Vanguarda FIC OABPrev-SP, que teve uma rentabilidade líquida de 10,67%;
- Itaú Institucional RF Ref DI, que teve uma rentabilidade líquida de 9,89%;
- BB Institucional Federal FI, que teve uma rentabilidade líquida de 9,78%.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Instituidoras OAB Prev-SP - Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da OAB Prev-SP - Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, da demonstração do ativo líquido, do plano gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OAB Prev-SP - Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 41 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 20 de março de 2018, analisou os relatórios da Auditoria Independente, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e constatou que foram praticados de acordo com os Princípios Gerais de Governança, com os preceitos da legislação e o Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2017, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Jairo Haber

Presidente do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quanto às Demonstrações Contábeis e Financeiras e Contábeis da OABPrev-SP referentes ao exercício de 2017, em reunião extraordinária de 21 de março de 2018, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - OABPrev-SP, no uso das competências de que trata Art. 31 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Financeira e Contábeis da OABPrev-SP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da OABPrev-SP e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Financeiras e Contábeis, referentes ao exercício de 2017.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Jarbas Antônio de Biagi

Presidente do Conselho Deliberativo

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial ou meta de investimentos, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da Entidade.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos dos participantes. É uma comunhão de recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

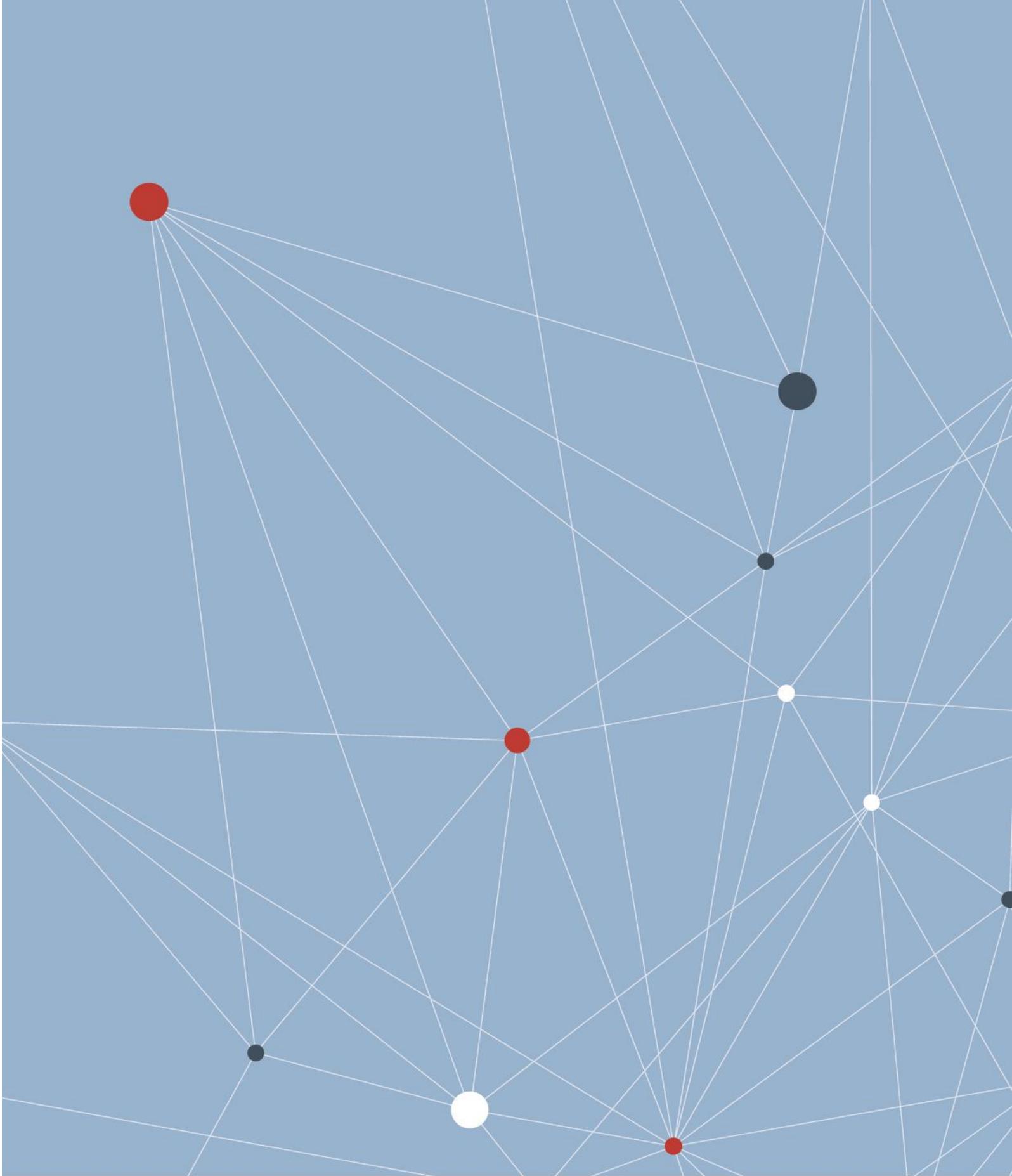
Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo. O Parecer é confeccionado somente para os Planos classificados como modalidade Benefício Definido ou Contribuição Variável, que possuem componentes atuariais que impactam no resultado do Plano.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e dos Planos de Benefícios e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da Entidade e do Plano de Benefícios no ano.



Fale Conosco



4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

SAC 0800 286 0116

www.oabprev-sp.org.br

Rua da Glória, 34 - Liberdade
São Paulo - SP - CEP: 01510 000

